CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

P A R E C E R N . 9 5 3 / 7 3

Aprovado por Deliberação

E m 1 6 / 5 / 7 3

PROCESSO CEE N. 467/65
INTERESSADO: SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO (SESC)
ASSUNTO: Isenção do Salário-Educação
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS
RELATOR: Conselheira JAIR DE MORAES NEVES

HISTÓRICO: O Serviço Social do Comercio (SESC) - Administração Regional do Estado de São Paulo, entidade assistencial sem fins lucrativos, requer a este Conselho, com fundamento no artº 5º, alínea "b" da Lei nº 4.440/64, seja declarado isento da contribuição do salário-educação.

Acompanham a solicitação um exemplar do Regimento da entidade e xerocópias do Parecer 113/65 das Câmaras Reunidas do Ensino Primário e Médio, de requerimento dirigido ao Ministro da Educação pelo Presidente do SESC e da Resposta do Secretário Geral daquele Ministério.

FUNDAMENTAÇÃO: O artº 5º da Lei 4.440 estabelece:

"Artº 5º - ficarão isentos do recolhimento da contribuição de que trata o arte 38:

- a).....
- b) as instituições de ensino e educação, de qualquer tipo ou grau, bem assim os hospitais e demais organizações de assistência que não tenham fins lucrativos."

O artº 3º dispõe sobre a obrigação do recolhimento do Salário-Educação pelas empresas.

Em 1965, o SESC encaminhou a este Colegiado idêntico pedido. O assunto foi examinado, naquela ocasião, pela Comissão de Legislação e Normas e pela Câmaras Reunidas do Ensino Primário e Médio.

Relatando o processo na C.L.N, o Conselheiro Paulo Ernesto Tolle concluía não haver dúvida de que o SESC estava compreendido naquela isenção. (Parecer 10/65, da C.L.N.).

O saudoso Conselheiro Carlos Pasquale, relator de processo nas CREPEM, perfilhou o ponto de vista da C.L.N. de que o SESC, em virtude de sua constituição, objetivos e formas de administração estava compreendido na isenção de que trata a alínea "b" in fine, do arte 5º da Lei n. 4.440/64 (Parecer 113/65, das Câmaras Reunidas do Ensino Primário e Médio).

O Conselho Pleno, na sua 72ª Sessão, realizada em 28/6/65, aprovou os citados pareceres.

Nada mudou na Constituição, objetivos e formas de administração do SESC. A entidade continua a mesma, buscando os elevados fins para que foi criada.

Permanecem, portanto, válidas aquelas conclusões.

Está de pé a decisão deste Colegiado.

Entretanto, não pode ser atendida a solicitação do SESC. A declaração de isenção e ato administrativo, de competência da Administração Estadual de Ensino. E mais:

O artº 12 do Decreto regulamentador da Lei n. 4.440, de n. 55.551/65, diz no seu parágrafo 2º:

"A fim de que possam gozar da isenção a que se refere o inciso II, os hospitais e organizações, de assistência farão prova de que estão enquadradas na lei 3.577, de 4 de julho de 1.959."

Deve, pois, o SESC requerer a declaração de isenção à Administração Estadual de ensino, fazendo a prova exigida no parágrafo 2º, do artº 12, do Decreto 55.551/65.

Poderá, se o entender, juntar cópia deste parecer, no qual se examina o seu direito a isenção e o novo pronunciamento da C.L.N.

CONCLUSÃO: Deve o SESC encaminhar o seu pedido à Secretaria da Educação, provando o cumprimento da exigência do parágrafo 2º, art. 12, do Decreto n. 55.551/65.

Este o nosso Voto.

São Paulo, 23 de abril de 1973.

a) Conselheiro Jair de Moraes Neves - Relator.

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu PARECER a conclusão do VOTO do nobre Conselheiro,

Presentes os nobres Conselheiros: Jair de Moraes Neves, Osvaldo Aranha Bandeira de Mello e Paulo Gomes Romeo.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1973.

a) Conselheiro Moacyr E.Vaz Guimarães - Presidente.